

A SEGURANÇA CRIMINAL COMO ESPETÁCULO PARA OCULTAR A INSEGURANÇA SOCIAL

ENTREVISTA COM LOÏC WACQUANT★

ENTREVISTADORAS: *Fernanda Bocco*★★ *Maria Livia Nascimento*★★★
Cecília Coimbra★★★★

Tradução: *Fernanda Bocco e Maria Livia do Nascimento.*

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2005.

Entrevistadoras: Gostaríamos que nos contasse um pouco de sua trajetória e as principais questões que atravessaram esse percurso.

Loïc Wacquant: Eu nasci e cresci no sul da França. Fiz meus estudos na França, inicialmente em Economia Industrial e depois em Sociologia. Fui para os EUA em 1985 para fazer meu doutorado na Universidade de Chicago. Trabalhei inicialmente sobre as desigualdades urbanas e a marginalidade social na cidade.

Foi meu trabalho sobre a marginalidade urbana que me levou a encontrar a prisão, porque para fazer um estudo sobre a transformação do gueto negro de Chicago, me inscrevi em um clube de boxe do gueto como forma de fazer uma observação participante. Fiz esse trabalho de campo para me aproximar da realidade cotidiana, em particular, da juventude negra e pobre do gueto de Chicago. Para fazer essa observação, me inscrevi nesse clube e descobri que todos os meus colegas de boxe haviam passado pela prisão.

Lembro-me que certa vez perguntei ao responsável pela academia quem do grupo havia passado pela prisão. Ele me respondeu: “todos, você não?” Então, foi para compreender a vida cotidiana de meus amigos que faziam boxe que eu passei a estudar as prisões. Para entender os ideais urbanos dos meus colegas, eu deveria estudar a prisão norte-americana e, assim descobri, em 1993/1994, o estado penal. Descobri as estatísticas que mostravam um crescimento extraordinário da população carcerária e, sobretudo da população carcerária negra.

Como eu vinha estudando a transformação do gueto, reparei que havia um paralelo entre a evolução do gueto negro, sobretudo após os anos 1960, e a prisão. Percebi como o gueto pouco a pouco foi tomando as características de uma prisão, se tornando um território fechado, com uma população considerada desviante, perigosa, dependente.

* Professor de Sociologia na Universidade de California/Berkeley. Endereço: Department of Sociology - 410 Barrows Hall - University of California, Berkeley. CA 94720 USA.
E-mail: loic@berkeley.edu.

★★ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social

★★★ Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pos-doutorado pela Université de Paris VIII. Atualmente é Professor Adjunto 4 da Universidade Federal Fluminense.

★★★★ Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e pos-doutorado pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Adjunto 4 da Universidade Federal Fluminense.

Essa história do gueto eu conhecia bem, porque eu trabalhei sobre isso por quase dez anos, mas o que eu não sabia era que existia uma história paralela da prisão, que tinha crescido de maneira extraordinária durante o mesmo período, que o gueto declinava, sobretudo após as grandes manifestações negras dos anos 1960. De maneira interessante, sob o ponto de vista da pesquisa, após esse período, o gueto foi se tornando muito parecido com uma prisão por um lado, e por outro a prisão foi se assemelhando a um gueto.

Naquela época, 1995/1996, quando eu escrevia meus primeiros artigos, havia um grande debate sobre políticas públicas nos Estados Unidos, o debate sobre o Estado de Bem-Estar Social e a reforma da assistência social. Quando analisamos essa reforma, fica claro que estava se transformando um instrumento de ajuda aos pobres em um instrumento para disciplinar os pobres e empurrá-los para o mercado de trabalho.

Eu tinha meus amigos da academia de boxe, sobretudo meu parceiro habitual de treinamento, que quando jovem foi um membro muito importante de uma gangue muito forte de Chicago. Quando jovem, ele foi condenado a 12 anos de prisão por um crime grave, assalto à mão armada. Ele aprendeu a lutar boxe na prisão e, quando saiu, o treinador da prisão o encaminhou para o clube de boxe. Essa atividade o protegeu da rua, de retornar à vida criminal. Ou seja, ele virou boxeador profissional para escapar do retorno à gangue e da violência criminal mas também para escapar dos empregos precários, empregos mal pagos, que eles chamam de trabalho de escravos. Então, compreendi que sua atividade de boxeador foi uma estratégia de resistência a salários precários e inseguros. Quando sua carreira de boxeador declinou e a academia de boxe fechou, ele retornou primeiro para as atividades criminais no interior das gangues, mas também fora delas, na economia das ruas.

Eu freqüentemente recebia telefonemas para ir até as delegacias ajudá-lo a sair da prisão, pagando a fiança para libertá-lo. Certa vez cheguei mesmo a pagar um advogado para ajudá-lo. Percebi como ele estava aprisionado entre a economia das ruas, mercado de trabalho muito precário, e o Estado Penal.

Sua estratégia de resistência era evitar os empregos inseguros do novo mercado de trabalho, mas se envolvia com condenações cada vez mais duras, e rapidamente se viu face a uma condenação que poderia ir de seis a vinte anos de prisão pela posse de cinco gramas de droga. Interferi mais uma vez, e consegui que ele tivesse seis anos de prisão, o que no caso foi a melhor solução possível. Após cumprir quatro anos ele saiu dizendo: “Veja Loïc, eu devo trabalhar em um emprego de escravo, devo aceitar os salários desqualificados porque se não a alternativa é não ver mais meus filhos”. Ele estava numa condição que, se tivesse mais uma condenação, ela seria de no mínimo 20 anos.

Vi, no contexto de sua vida cotidiana, como o Estado estava funcionando. De um lado retirando a ajuda social e encaminhando as pessoas para um salário de insegurança, e do outro o crescimento do Estado Penal, que leva a uma estratégia de economia das ruas muito arriscada. De um lado eu via a trajetória pessoal de meus amigos da academia de boxe e do outro lado eu via as estatísticas e as

análises históricas mostrando o gueto se transformando em prisão urbana e a prisão se transformando em gueto para aqueles que não aceitam o trabalho desqualificado ou que são rejeitados pelos empregadores.

No caso desse meu colega da academia de boxe, ele teve ainda um processo judicial. Foi terrível, porque a tendência era ele pegar 20 anos, mas felizmente encontrei um advogado que fez com que ele pegasse apenas dois anos. Tem dois anos que ele saiu, mas é impossível para ele encontrar um emprego, porque quando se apresenta procurando trabalho, deve declarar que passou pela prisão. É obrigado a fazer isso, e quando o faz o empregador não se interessa mais por ele. Então, ele é quase forçado a retornar para a economia das ruas e fazendo isso ele pode ser preso, e dessa vez será a prisão perpétua. Ou seja, ele é forçado a buscar os empregos desqualificados.

Foi, pois, meu trabalho de campo com os boxeadores que me levou a descobrir o papel da prisão na vida cotidiana deles, mas, também, me permitiu fazer uma ligação entre a transformação histórica do gueto e a emergência do Estado Penal. Na verdade, existem duas associações: a transformação da economia, do gueto e do Estado Penal e a transformação do Estado Social em Estado Penal, a passagem do estado social, que protege das oscilações do mercado de trabalho, para o estado do trabalho, que leva todo mundo para o trabalho desqualificado.

Entrevistadoras: Pensando na situação degradante em que vive grande parte da população mundial no contexto do capitalismo contemporâneo, e nas poucas mudanças que essa realidade tem encontrado, que função você acha que a pobreza exerce no mundo contemporâneo?

Loïc Wacquant: Eu escrevi um livro sobre o assunto que se chama *Os condenados da cidade*. O último capítulo é uma análise das novas formas da pobreza urbana nas sociedades avançadas. Acho que há uma nova forma de pobreza urbana que chamo “marginalidade urbana avançada”, a qual está relacionada, por um lado, às transformações do trabalho, à desorganização do emprego e ao declínio do sindicalismo, mas também à variabilidade crescente dos contratos de emprego. Atualmente, todos os contratos de emprego são contratos individuais, para trabalhadores em diferentes condições de trabalho, diferentes salários, diferentes tipos, diferentes tempos, diferentes durações. Então, esse é um elemento principal, o que eu chamo de des-socialização do trabalho assalariado, esse trabalho assalariado tornou-se, em si mesmo, uma fonte de insegurança e de instabilidade.

No período entre 1945-1975/80, costumava-se pensar que, se você quer combater a pobreza, deveria dar mais empregos, o trabalho seria o remédio para toda a pobreza. Desde que o trabalho mudou, agora o trabalho em si mesmo é inseguro, há subemprego, subsalários, trabalhos temporários ou sem nenhum tipo de segurança empregatícia, você tem um trabalho hoje, mas não sabe se terá um trabalho no próximo mês ou no próximo ano. Com todas essas condições variáveis de emprego, há pessoas que têm férias, outras não, pessoas que têm assistência de saúde, outras não. Então, este novo trabalho fragmentado é, ele mesmo, um vetor de pobreza e insegurança. Entre 1945 e 1975, poderíamos dizer “você quer combater a pobreza, dê mais empregos às pessoas”, mas hoje estamos muito lon-

ge disso. Primeiro, há muitas pessoas que não têm trabalho e, segundo problema, muitas têm um trabalho inseguro. Então, se você der mais trabalho inseguro, irá criar mais insegurança social.

O segundo elemento importante é a reconstrução do Estado Social. Entre 1945 e 1975/80, nas sociedades avançadas existia, basicamente, o Estado de Bem-estar Social [*Welfare State*], que se desenvolveu para redistribuir alguma renda para estabilizar a vida das pessoas e para agir como um mecanismo contracíclico, contra os ciclos de depressão da economia industrial. O Estado estava presente para proteger das oscilações e riscos da economia. Desde o final dos anos 1970 e início dos 1980, as sociedades avançadas começaram a reorganizar seu Estado de Bem-Estar Social de uma forma que o Estado não mais proteja das mudanças no mercado, mas empurre para o mercado. Essa é a chamada “terceira via” de Blair, na qual se defende um Estado “capacitador” [*Enabling State*], ou seja, um Estado que deva equipar as pessoas para competirem no mercado, mas na verdade as pessoas são equipadas de forma muito desigual. Isso ainda significa uma transformação no papel do Estado, este não mais protege das sanções do mercado, mas equipa para competir no mercado. Isto cria uma insegurança atomizada, uma instabilidade atomizada na vida das pessoas.

Por um lado existe a des-socialização do trabalho, por outro a transformação do Estado, e ambas empurram as pessoas a terem uma vida insegura. Então esta dupla insegurança objetiva, do lado do trabalho e do lado do Estado, que já não protege as pessoas da insegurança trabalhista, cria duas formas de insegurança. Uma é a insegurança social objetiva, causada pelo trabalho assalariado des-socializado, mas há também uma insegurança mental: quando o trabalho é inseguro, os indivíduos não podem mais projetar-se no futuro por não saberem se terão emprego no próximo mês, isso desestabiliza o mundo mental e cria um grande sentimento de ansiedade na sociedade. A insegurança social não afeta apenas a classe operária objetivamente, por terem suas condições objetivamente inseguras, mas tem afetado, de forma crescente, também as pessoas de classe média, que se sentem inseguras. Elas não estão realmente inseguras, mas se sentem inseguras, especificamente em sua capacidade de projetar-se em seus futuros e de projetar seu status para seus filhos. Há 20 anos atrás, a classe média podia mandar seus filhos para a universidade, eles receberiam um diploma, encontrariam um trabalho, receberiam renda suficiente para viver bem, então se sabia que seguiriam sendo classe média. Entretanto, atualmente, se você é de classe média, há muita competitividade na escola, a competitividade é universal nas escolas agora, entrar na universidade é muito difícil, e mesmo tendo um diploma universitário não há garantia de encontrar um emprego, mesmo tendo um emprego não há garantia de ter um bom salário, e mesmo que se consiga um bom emprego e um bom salário, não há garantias de que o emprego seguirá por muito tempo. Isto cria uma grande corrente de insegurança dentro da sociedade, relacionada à insegurança do trabalho e relacionada à não vontade do Estado de proteger dessa insegurança, o que gera uma demanda na população por estabilidade de vida. O Estado responde a esta demanda de estabilização fornecendo polícia e políticas penais. O Estado diz “nós não vamos mais dar um trabalho garantido, ou uma renda garantida, ou

uma assistência social garantida, porque não é isso que o Estado faz agora, mas daremos um fim à população de rua e aos criminosos dos seus bairros, etc. Responderemos sua demanda por segurança social fornecendo segurança criminal.”

Isso explica porque, na classe trabalhadora e também na classe média, há uma forte demanda por políticas punitivas. Também a desregulamentação da economia e a reconstrução do Estado de bem-estar social na forma de Estado de trabalho forçado [*Workfare State*] criaram um déficit de legitimidade para as campanhas políticas, porque para que os políticos tenham seus votos, eles têm de oferecer serviços, então que serviços podem oferecer? Já não podem garantir empregos nem assistência social, então o que garantem? Bem, para compensar a falta de legitimidade do Estado, os políticos têm oferecido mais polícia, justiça criminal e prisões. Assim, o Estado se faz presente, reafirmando sua autoridade no campo penal para compensar a crescente impotência e ausência de poder do Estado em um campo social e econômico. Paradoxalmente, este é um dilema particularmente forte para os governos de esquerda, porque estes são eleitos pela promessa de reduzir a desigualdade e fornecer segurança na vida, no trabalho, cuidados de saúde, educação. Mas os partidos de esquerda, quando chegam ao governo, também seguem as políticas de desregulamentação econômica e de conversão do Estado de bem-estar social para o Estado de trabalho. Então, para eles, essa questão da legitimidade política é particularmente forte, porque o eleitorado da classe operária quer um bem tangível do governo de esquerda. O governo diz “nós vamos dar uma melhor justiça”, por exemplo, na França, Jospin disse: “uma grande desigualdade é uma desigualdade perante o crime, as primeiras vítimas do crime são os pobres, são a classe operária”. Ao invés de dizer “nós vamos oferecer mais empregos para que haja menos crimes”, ele diz “nós vamos oferecer mais repressão para reduzir o crime, esse é o bem que vamos fornecer à classe operária”. Essa dupla transformação do trabalho e do Estado cria esse sentimento de insegurança que difunde uma impressão de ansiedade social e cria as condições para o desenvolvimento do Estado Penal.

Entrevistadoras: Em seu livro *As prisões da miséria*, em um pé de página, você diz que uma das pessoas que mais defende a política de tolerância zero, na França, é o Régis Debray, que foi preso com o Che Guevara na Bolívia. O que mais você poderia falar sobre isso?

Loïc Wacquant: O Régis Debray, considerado um herói revolucionário na América Latina, atualmente é um dos maiores defensores da política de tolerância zero, da polícia repressora e das políticas penais da França. É um caso típico de conversão de todo um setor de intelectuais de esquerda que se converteram para uma visão individualista e moralista dos pobres, e eles mesmos sequer se dão conta dessa conversão para uma versão neoliberal, seguem se vendo como progressistas. Terminaram aceitando especialmente o discurso da responsabilidade individual. Não se dão conta que a contrapartida desse discurso de responsabilidade individual é a irresponsabilidade coletiva, ou seja, um abandono da natureza e do diagnóstico políticos das causas da insegurança e, portanto, da

solução para a insegurança. Há uma série de outros intelectuais ditos socialistas que tomaram o mesmo caminho, sem se darem conta de que o discurso que sai de suas bocas é o mesmo que os intelectuais da ala da direita pronunciam.

Entrevistadoras: Os Estados Unidos têm passado por uma série de situações catastróficas causadas pela natureza nos últimos tempos. Como um fenômeno como o Katrina¹ coloca em análise a sociedade estadunidense ou como afeta a sociedade em geral?

Loïc Wacquant: O furacão Katrina foi um duplo desastre. Um desastre meteorológico, e não podemos dizer natural porque a meteorologia atualmente não é um fenômeno apenas da natureza. Ela depende de fatores industriais, do aquecimento global, por exemplo, que tem um impacto sobre os furacões. A primeira catástrofe foi meteorológica, mas houve uma segunda, a da resposta do governo americano em nível local e, sobretudo a do Estado federal. O governo federal vem trabalhando a retirada do estado como força pública. O governo Bush tem tido uma política sistemática de enfraquecimento do estado público, utilizando como justificativa para a privatização dos serviços públicos as carências do Estado. É importante verificar que houve uma dupla catástrofe, meteorológica e política, que revela, que mostra para a população norte-americana, sobretudo para as elites, que ela não conhece sua própria sociedade, que existiam pessoas que não tinham seu próprio carro, que não tinham cinco dólares, vinte dólares para poder sair da cidade e escapar do furacão. Essas elites se interrogavam: “Ah! existem pessoas que têm fome? Existem pessoas que sofrem de doenças graves e não têm acesso a serviços de saúde?”. As elites norte-americanas descobriram de forma esmagadora aspectos de sua própria sociedade, descobriram algo que elas sabem, mas não prestam atenção, o fato de que existe uma segregação extrema entre negros e brancos, que ela é hoje a mesma de cinquenta anos atrás. Pode-se dizer que se desmantelou o sistema jurídico de segregação, o aparelho jurídico que mantinha a segregação mas que, na realidade, a separação residencial entre negros e brancos ainda é muito forte atualmente. No caso da Louisiana, o que não foi noticiado na imprensa é que esse estado, além de ser um dos mais pobres, com grande segregação racial e ter uma criminalidade das mais fortes, tem uma taxa de aprisionamento das mais altas dos Estados Unidos. É o estado líder em casos de prisão. Entretanto, foi a prisão o serviço público que melhor funcionou durante o desastre. Não houve mortes nas prisões. Todas elas foram evacuadas sem problemas.

Em Nova Orleans há uma cadeia com 6.500 presos, e eles foram evacuados sem problemas. Os pobres e doentes, principalmente os pobres idosos, ficaram sem ser evacuados por mais de uma semana, muitos morreram dentro dos hospitais, porque não havia comida nem água, porque as equipes de emergência não estavam lá. A polícia montada de Vancouver (Canadá) chegou a alguns lugares da Louisiana antes do exército estadunidense, e forneceram ajuda antes das autoridades estadunidenses mandarem suas próprias tropas. Os prisioneiros foram evacuados sem nenhuma fuga, sem nenhuma morte, sem nenhuma lesão, em dois dias já haviam providenciado uma nova prisão, uma antiga estação rodoviária foi transformada em cadeia. Se procurarmos qual setor do Estado funcionou bem,

veremos o Estado Penal, todo o resto entrou em colapso, mas o Estado Penal funcionou muito bem, porque o estado da Louisiana tem um Estado Penal muito profissional e eficiente. Nenhum preso morreu ou passou fome.

A catástrofe dupla do Katrina, meteorológica e política, também revelou o grau de desinteresse sobre aquilo que acontece aos pobres. O que ocorreu era extremamente previsível, os bairros que ficaram inundados são também os bairros mais pobres, exclusivamente negros, que estão num estado que tem o nível mais baixo de assistência social, bem como o nível mais alto de desigualdade nas escolas e os índices mais altos de violência criminal. O governo dessa região, e do país como um todo, quase desistiu dessa sociedade em particular, literalmente a deixaram apodrecer, como se fosse uma sociedade separada. O que a catástrofe fez foi forçar os políticos a reconhecerem “este é o nosso país”, “essa é nossa sociedade”, e a mídia foi obrigada a mostrar que aquilo não estava acontecendo na África, ou em algum país do terceiro mundo e sim nos Estados Unidos. Foi muito interessante ver os jornalistas na televisão ao vivo, eles mesmos estavam muito chocados, como se estivessem descobrindo seu próprio país. Descobriram as deficiências extraordinárias dos serviços públicos. Foi espetacular o que o Katrina deixou, mas isso é a realidade que os pobres vivem cotidianamente nos Estados Unidos, falta de transporte público, falta de serviços de saúde, falta de escolas, falta de habitação, vivendo sob condições muito duras.

Outra coisa que foi pouco discutida pela mídia, mas que foi muito importante, foi que uma das razões pelas quais as pessoas não podiam ir embora era porque a grande maioria vive com ajudas do governo, uma assistência muito parca mas totalmente essencial, sem a qual não tinham nada mais. O Katrina chegou no final do mês, um momento no qual já não têm mais dinheiro, porque recebem tão pouco que no meio do mês já não há nada que sobre. Então, para essas pessoas pobres de Nova Orleans era duplamente impossível sair: eles não tinham os meios, mas também, se saíssem, para onde iriam? Eles não têm nenhum dinheiro, não possuem conta no banco, cartões de crédito, sua única fonte de renda vem de um trabalho inseguro em seu bairro, ou de ajuda pública (cheques do governo), ou da economia ilícita no bairro, então se eles fossem embora, como sobreviveriam mesmo que fosse uma semana? Então, pra eles fazia sentido ficar lá. É importante lembrar que o furacão Katrina, em si, não causou muito estrago, a cidade não ficou inundada diretamente pelo furacão, mas pelo colapso dos diques e pela infra-estrutura inadequada, pelos anos de subinvestimento na infra-estrutura. Não foi uma catástrofe natural, e sim uma catástrofe política, tanto a inundação em si como a resposta à inundação. O que acho que ninguém esperava, mesmo o crítico mais severo dos Estados Unidos nunca pensou, era que o governo pudesse ser tão incompetente, que houvesse tanta inabilidade para levar água, ou para evacuar os mais idosos e os que estavam nos hospitais. Em alguns momentos estavam tão desorganizados que era chamado um helicóptero para evacuar alguém do hospital e chegavam cinco, e eles não sabiam onde pousar. Alguns hospitais privados chamaram helicópteros, mas o governo acabava redirecionando aquele helicóptero para outro lugar, então os doentes dos hospitais não eram evacuados e morriam no telhado do hospital, porque o governo

oficial tinha pedido que fossem para outro lugar. Esse nível de desorganização ocorreu. Se for para atacar alguma cidade, para evacuar soldados, em alguns minutos eles organizam um deslocamento impressionante e eficiente de tecnologia e de apoio humano, mas quando se trata dos pobres em uma cidade grande dos Estados Unidos, há uma incompetência total desse nível.

O interessante é que agora, como isso foi muito danoso para Bush e destruiu sua imagem de chefe no comando, de que é um bom líder, eficiente, forte, ele foi forçado a dizer que pagará e reconstruirá Nova Orleans. A realidade é que as pessoas não cuidaram antes do Katrina e depois que o Katrina desaparecer da mídia, ninguém mais se preocupará. Essa é a realidade de ser pobre e negro em uma grande cidade dos Estados Unidos. Existe um governo que é completamente ineficiente, serviços públicos que são praticamente inexistentes e as pessoas devem sobreviver semana a semana, mês a mês da melhor forma que podem, particularmente quando se vive da economia ilegal da rua.

A outra coisa que ouvimos, em meio à explosão do discurso sobre o crime, é que crianças foram estupradas nos abrigos, etc. Agora está provado que isso foi apenas medo das pessoas pobres e negras, criando uma imagem de “eles devem ser criminosos”. É claro que aconteceram incidentes, alguns furtos, isso ocorre todos os dias em Nova Orleans, e sob essas condições se espera que possa ocorrer algum arrastão, mas houve uma grande projeção do imaginário racial e de classe dos estadunidenses na idéia de que eles são “animais” que vão atacar uns aos outros. Alguns dias depois do desastre ter ocorrido, uma das grandes preocupações da televisão era descobrir onde estavam os ofensores sexuais, se eles tinham sido removidos ou se estavam nos abrigos – onde mais poderiam estar? Houve um pânico enorme e os xerifes foram entrevistados para dizer quantos abusadores existiam em seu distrito, ao que eles respondiam: “Temos 6.500, e agora não sabemos onde eles estão!”. Criou-se a mesma mitologia sobre as crianças serem vítimas de predadores sexuais depois do Tsunami, na Ásia, “você não temem que as crianças sejam vítimas de abusadores?”. Existe uma cidade inteira que foi destruída, e o que se pensa é que os criminosos estão lá para violentar crianças, totalmente alheio ao que está ocorrendo.

Entrevistadoras: De modo geral, os psicólogos e outros profissionais, quando trabalham em qualquer estabelecimento, em especial os ligados à justiça e aos estabelecimentos prisionais, falam muito na “ilusão re”: reeducação, reintegração, reinserção, etc.

Loïc Wacquant: Os presos não são integrados, como podem ser reintegrados?

Entrevistadoras: Pior, para os que trabalham no sistema, é quando se têm boas intenções... quando se fazem oficinas para educação na prisão, trabalho na prisão... As práticas “re” são da época do Estado assistencialista, que já terminou, era uma ilusão naquele momento, mas agora é uma prisão para aqueles que trabalham dentro do sistema penitenciário, porque começam a imaginar que vão fazer uma “boa” prisão, e isso é o pior...

Loïc Wacquant: Sim, acabam usando o Estado Penal, e podem haver excelentes programas de educação, excelentes programas de psicologia, então diremos “venham para as nossas prisões!”

Entrevistadoras: Acredita-se que as pessoas não podem se recuperar se não estiverem trabalhando. Ainda se pensa que “os preguiçosos deixam entrar o diabo na mente”, então os presos precisam estar ocupados para poderem ser reinseridos.

Essas “ilusões re” têm muito a ver com uma crença não só no *Welfare State*, mas com uma crença em que o Estado capitalista pode ser um Estado democrático.

Na periferia do capitalismo não há democracia... e agora, eu acho que no coração também...

Loïc Wacquant: Eu acho que a periferia do capitalismo é a verdade das tendências do capitalismo do centro. O Brasil vai na direção dos Estados Unidos, por exemplo, no que se refere à prisão, a tendência de militarizar a contenção punitiva dos pobres nas favelas é o futuro dos Estados Unidos e não o contrário.

Entrevistadoras: Que questões o ocupam neste momento?

Loïc Wacquant: Acabo de terminar um livro que se chama *Simbiose letal: raça e o ascenso do Estado Penal*. O artigo “Da escravidão ao encarceramento massivo” é uma pequena versão preliminar de um dos capítulos do livro, onde faço uma análise da proximidade entre o sistema prisional-penal e o hiper-gueto nos Estados Unidos, e uma análise comparativa deste problema na União Européia, sobre o hiper-encarceramento dos imigrantes pós-coloniais. O livro tem também um capítulo sobre o Brasil, sobre a contenção punitiva dos pobres nas cidades brasileiras e a aberração carcerária que existe aqui. Acho que, dentre os meus livros, este é o mais interessante e criativo, porque é uma reflexão sobre a natureza do Estado Penal como uma máquina para classificar e administrar as populações difíceis material e simbolicamente. Acho que o sistema penal é uma máquina para a sociodisséia negativa, para a legitimação da exclusão dos rejeitados da sociedade de mercado.

As sociedades avançadas têm duas instituições para legitimar a desigualdade. Uma instituição de sociodisséia - termo de Pierre Bourdieu adaptado de Max Weber que significa uma justificativa social para o estado do mundo, por analogia com a teodisséia – positiva, que é o sistema de educação universitária, o qual distribui diplomas que legitimam a herança do capital cultural e econômico e explica a eminência da classe alta por suas grandes propriedades individuais, “os sujeitos merecem”, uma lógica de meritocracia que diz que administram grandes negócios porque são mais inteligentes, porque conhecem mais sobre ciências econômicas. Existe também uma máquina de sociodisséia negativa, que é o Estado Penal. Ele distribui diplomas negativos, em certo sentido, distribui credenciais que atestam um mau caráter e uma má moral e que se acoplam como um diploma que os pobres carregam consigo. Como meu amigo, quando tentou conseguir um emprego, ele teve de escrever nas fichas que tinha sido um preso. Ele carrega esse diploma negativo com ele, o qual vai restringindo as chances de vida e empurrando para as margens da sociedade, além de que explicar sua exclusão por seu pró-

prio comportamento. É uma meritocracia negativa. Há uma meritocracia superior e uma meritocracia inferior, e um mesmo discurso de merecimento individual é aplicado àqueles que têm sucesso (superiores) e aos mais marginalizados (inferiores). O mesmo discurso de responsabilidade individual é atestado pelo Estado com diplomas universitários para indivíduos “superiores” e com o estigma penal e vigilância para o indivíduo “inferior”, já que uma vez preso isso vai segui-lo por toda a vida.² Isso se dá de maneira especial nos Estados Unidos, onde há 60.000.000 processos criminais na justiça, onde quase metade dos trabalhadores da classe operária tem uma ficha policial ou judicial, e onde cada vez mais essa informação não é usada apenas pela administração pública, mas está disponível na internet, é vendida para empresas privadas, ou é usada para determinar quem irá conseguir um emprego, quem pode alugar um apartamento, quem pode morar perto de uma escola, etc.

É uma reflexão do papel do Estado Penal não apenas como um poder coercitivo, mas também como um poder simbólico que atribui essas características negativas àqueles que fazem parte das classes baixas, e leva a uma reflexão sobre a noção de cidadania jurídica. No trabalho clássico de T. H. Marshall, há três esferas de cidadania: primeiro a cidadania civil, o direito à segurança e reconhecimento de sua individualidade, depois a cidadania política, o direito ao voto, e há a cidadania social. A primeira surge no século XVIII, a segunda no século XIX e a terceira no século XX, com os direitos sociais e econômicos através do Estado de Bem-Estar Social. E eu defendo que, depois do fim do século XX, agora temos que falar em uma cidadania jurídica, particularmente porque é uma cidadania negativa para os pobres, os que estão nas classes baixas, que são processados e marcados pelo Estado Penal, e terão conseqüências reais pelo resto de suas vidas.

Além desse trabalho, escrevi outro livro que foi recém publicado no Brasil pela Revan, que se chama *O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. É uma reflexão sobre a questão democrática, uma explicação dos conceitos que Bourdieu nos dá para reforçar a teoria e a prática democrática hoje. Também fiz um número especial da revista *Ethnography* sobre o trabalho de campo de Bourdieu na Argélia, e sua pesquisa de campo sobre seu povoado de origem. Há outro livro que se chama *Olhando a rua: questões de etnografia urbana*, no qual faço uma crítica metódica da razão etnográfica, especialmente na tradição estadunidense, porque é uma tradição dominante. É uma reflexão mais ampla, com lições para melhorar a prática etnográfica, sobretudo as implicações políticas, as bases políticas da etnografia urbana, principalmente sobre essas populações pobres, a intersecção entre a pobreza e a dominação racial.

NOTAS

- ¹ Em setembro de 2005, regiões ao sul dos Estados Unidos, localizadas no Golfo do México, viveram situações catastróficas após a passagem de alguns furacões. Um deles, que ficou conhecido como Katrina, atingiu de forma desastrosa toda a cidade de Nova Orleans, na Louisiana. [N. da T.]
- ² Neste sistema, indivíduos da classe alta são normalmente qualificados como superiores por serem portadores de um “estigma positivo” (proveniente de diplomas universitários), enquanto indivíduos das classes mais baixas são qualificados como inferiores por serem portadores de “estigmas negativos” (devido a passagens pela prisão).

REFERÊNCIAS

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. Edição ampliada, com um prefácio para os leitores brasileiros.

_____. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Apresentação de Luiz César de Queiroz Ribeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Tradução de Angela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Com um novo prefácio.

_____. (Org.). *O Mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. *Onda punitiva: o novo governo da insegurança social*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *As duas faces do gueto e outros ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2008.

